

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080/2026

(art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1. DOS ÓRGÃOS DEMANDANTES:

- 1.1. Órgão Gerenciador: Fundo Municipal de Assistência Social de Tocantinópolis.
- 1.2. Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 1.3. Responsável: Verônica Rufino Macedo – Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social.

2. DO OBJETO:

- a. Contratação de empresa especializada no ramo para fornecer gêneros alimentícios para composição de cestas básicas que é um conjunto de alimentos e produtos essenciais para garantir a segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade. O objetivo é fornecer uma alimentação saudável e equilibrada, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dessas famílias assistida pelos programas vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social.
- b. As cestas consistem em um conjunto de alimentos e produtos essenciais para garantir a segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade assistidas pelos programas vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social de Tocantinópolis/TO.
- c. A formalização da contratação dar-se-á mediante Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

2.1 O OBJETIVO:

- a) O presente procedimento tem por objetivo a seleção de propostas para Registro de Preços visando à futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à composição de cestas básicas, com a finalidade de atender famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelos programas, projetos e serviços vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social.
- b) A contratação busca assegurar a continuidade das ações sócio assistenciais do Município, garantindo segurança alimentar e nutricional à população beneficiária, em conformidade com as diretrizes da política pública de assistência social e com a Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) Os programas de atendimento visam reduzir desigualdades sociais e fortalecer as políticas públicas voltadas à proteção social básica, promovendo melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas.

d) A solução proposta busca prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, garantindo suporte alimentar às famílias beneficiárias dos programas sociais municipais.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO:

3.1. Este Termo de Referência foi elaborado em estrito cumprimento ao disposto no art. 6º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. A fundamentação desta contratação baseia-se no Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 001/2026, documento que constitui a primeira etapa do planejamento e tem por finalidade demonstrar a necessidade da contratação, apresentar a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e jurídico, bem como subsidiar a deflagração do procedimento licitatório.

3.3. A aquisição justifica-se pela essencialidade da segurança alimentar e nutricional para a promoção da dignidade humana e qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade assistida pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

3.4. A solução de Registro de Preços foi adotada para garantir o abastecimento tempestivo, permitir aquisições fracionadas conforme a demanda real e evitar o perecimento de itens em estoque, assegurando a continuidade das políticas públicas de assistência social.

3.1.2 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

a) A solução proposta consiste na futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à composição de cestas básicas, por meio de Pregão Eletrônico com adoção do Sistema de Registro de Preços, utilizando o critério de julgamento pelo menor preço global por lote, visando atender às demandas do Fundo Municipal de Assistência Social.

b) A contratação contempla o fornecimento integral dos itens que compõem as cestas básicas, incluindo, quando exigido pela Administração, a montagem, acondicionamento e entrega dos kits devidamente organizados, conforme especificações e quantitativos definidos no Termo de Referência.

c) O fornecimento será realizado de forma parcelada, mediante emissão de Ordens de Fornecimento, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, possibilitando maior controle do consumo, redução de desperdícios e garantia de produtos dentro do prazo adequado de validade.

d) A solução adotada busca assegurar regularidade no abastecimento, padronização das cestas básicas, eficiência logística e agilidade no atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelos programas, projetos e serviços sócio assistenciais do Município.

e) O agrupamento dos itens em lote único mostra-se adequado em razão da natureza integrada da solução, considerando que a cesta básica constitui unidade funcional destinada à distribuição imediata aos beneficiários, sendo necessária a entrega simultânea de todos os itens para garantir efetividade à política pública de assistência social.

f) Além do fornecimento dos produtos, a solução compreende a responsabilidade da contratada quanto ao transporte, carga, descarga, acondicionamento e demais procedimentos necessários à correta execução contratual, observando as normas sanitárias, de segurança alimentar e de sustentabilidade aplicáveis.

g) A adoção do Sistema de Registro de Preços proporciona maior flexibilidade administrativa, permitindo aquisições conforme a demanda efetiva da Administração, sem

obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados, assegurando economicidade, eficiência e melhor gestão dos recursos públicos.

h) Dessa forma, a solução escolhida apresenta-se como a mais adequada para atender ao interesse público, garantindo continuidade das ações sócio assistenciais e segurança alimentar das famílias beneficiárias, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

4. DA JUSTIFICATIVA:

a) A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar o atendimento contínuo às famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelos programas, projetos e serviços vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social, especialmente aquelas em condição de insegurança alimentar e nutricional, que demandam apoio eventual e complementar do poder público para garantia de condições mínimas de subsistência.

b) A disponibilização de cestas básicas constitui instrumento essencial da política de assistência social, integrando o conjunto de ações de proteção social básica, voltadas à mitigação de riscos sociais e à promoção da dignidade da pessoa humana, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

c) A demanda por cestas básicas possui natureza variável, sazonal e imprevisível, uma vez que está diretamente relacionada ao fluxo de famílias em situação de vulnerabilidade que ingressam ou permanecem em acompanhamento pelos serviços sócio assistenciais ao longo do exercício. Dessa forma, não é possível definir com precisão quantitativos fixos de consumo, o que torna tecnicamente adequada a adoção do Sistema de Registro de Preços.

d) O Sistema de Registro de Preços permite maior flexibilidade na gestão das aquisições públicas, possibilitando contratações conforme a real necessidade da Administração, evitando aquisições desnecessárias, reduzindo riscos de desperdício de alimentos e assegurando melhor eficiência na aplicação dos recursos públicos.

e) A contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios destinados à composição de cestas básicas também se justifica pela necessidade de padronização dos itens, garantia de qualidade dos produtos, regularidade no abastecimento e otimização logística, assegurando maior controle na execução das ações sócio assistenciais.

f) O modelo proposto ainda contempla o fornecimento parcelado, com entregas programadas conforme a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como a montagem dos kits (cestas básicas) e sua entrega nos locais indicados pela Administração, o que contribui para maior eficiência operacional, redução de custos logísticos e melhor organização da distribuição aos beneficiários.

g) Ressalta-se, ainda, que a adoção de práticas adequadas de logística e transporte contribui para a sustentabilidade da contratação, com redução de desperdícios, melhor aproveitamento dos recursos públicos e minimização de impactos ambientais decorrentes da execução contratual.

h) Assim, a contratação pretendida revela-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade dos serviços sócio assistenciais, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. DA RELAÇÃO DE MATERIAIS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

ITEM	QTD.	UNI.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNITÁRIO MÉDIA DA CESTA BÁSICA	VALOR TOTAL
1	8.000	CESTA BÁSICA	<p>ARROZ: BENEFICIADO\ TIPO AGULHINHA BRANCO, SUBGRUPO: POLIDO, CLASSE LONGO FINO QUALIDADE TIPO 1, EMBALAGEM 5,00 KG</p> <p>BISCOITO: SABOR ÁGUA E SAL, TIPO BOLACHA PACOTE 400,00 G</p> <p>MACARRÃO: TEOR DE UMIDADE, MASSA PRÉ-COZIDA\ BASE MASSA DE FARINHA DE TRIGO, INGREDIENTES ADICIONAIS; OVOS, TIPO FRESCA\ APRESENTAÇÃO ESPAGUETE, EMBALAGEM 500,00 G</p> <p>SAL: TIPO REFINADO\ APLICAÇÃO ALIMENTÍCIA\ TEOR MAXIMO DE SÓDIO 390MG/G\, ADITIVOS: IODATO DE POTASSIO E ANTIUMECTANTE FERROCIANETO DE SACO 1,00 KG</p> <p>CAFÉ: APRESENTAÇÃO TORRADO MOÍDO, INTENSIDADE SUAVE, TIPO TRADICIONAL EMPACOTAMENTO, VÁCUO PACOTE 250, G.</p> <p>FEIJÃO CARIOCA: GRUPO I, TIPO I, CLASSE CORES, (DEVE ESTAR INSENTO DE MOFO, ODORES, SUBSTÂNCIA NOCIVAS. NÃO DEVE APRESENTAR, CARUNCHOS E PEDRAS – 1,00 KG</p> <p>AÇUCAR: TIPO CRISTAL, PRAZO VALIDADE MÍNIMA 12 MESE, EMBALAGEM 2,00 KG.</p> <p>FARINHA DE MILHO: GRÃO AMARELO, TIPO: FLOCADA, APRESENTAÇÃO: PRÉ-COZIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAL: TRANSGÊNICO, INGREDIENTE ADICIONAL: FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, EMBALAGEM 500,00 G.</p>	R\$ 129,72	R\$ 1.037.733,33

		ÓLEO: VEGETAL COMÉSTIVEL, TIPO: PURO, ESPÉCIE VEGETAL SOJA; TIPO QUALIDADE TIPO 1, EMBALAGEM 900,00 ML.		
		CARNE DE AVE: IN NATURA, TIPO ANIMAL: FRANGO ESPECIAL, TIPO CORTE COM MUIDOS, SEM CABEÇA\ APRESENTAÇÃO INTERNO, ESTADO DE CONSERVAÇÃO: CONGELADO, PROCESSAMENTO: COM PELE, COM OSSO, NO MINIMO 2 KG.		
		MASSA DE TOMATE: TIPO MOLHO DE PRONTO, COMPOSIÇÃO TRADICIONAL, APRESENTAÇÃO, LIQUIDO, EMBALAGEM 340,00 G.		
		PEIXE: EM CONSERVA, VARIEDADE SARDINHA, APRESENTAÇÃO DESCABEÇADA E EVISCERADA, MEIO DE COBERTURA: COM ÓLEO COMESTÍVEL, EMBALAGEM 125,00 G.		
		LEITE EM PÓ: ORIGEM DE VACA, TEOR GORDURA INTEGRAL, SOLUBILIDADE: INSTANTÂNEO, EMBALAGEM 400,00 G.		
VALOR TOTAL DA CESTA BÁSICA			R\$ 1.037.733,33	

a) O valor total estimado para esta contratação é de **R\$ 1.037.733,33 (um milhão, trinta e sete mil, setecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)**.

b) Este valor foi obtido por meio de pesquisa de mercado que considerou o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, o Painel de Preços do Governo Federal e cotações diretas junto a fornecedores.

c) Os preços unitários referenciais e as memórias de cálculo, que resultam da média aritmética das cotações coletadas, constam de documento separado e classificado anexado ao processo, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

6. DA VIGÊNCIA:

a) A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser utilizada durante todo o período de validade, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência conforme estabelecido no instrumento contratual, observadas as disposições legais aplicáveis.

7. DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO:

) Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser prorrogados, aditivados ou sofrer reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, desde que mantida a vantajosidade para a Administração.

b) Em caso de oscilação extraordinária dos preços dos gêneros alimentícios, poderá ser aplicado o reequilíbrio econômico-financeiro previsto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação documental.

8. DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:

a) A contratação deverá observar requisitos mínimos de natureza técnica, legal, operacional e de qualidade, indispensáveis à adequada execução do objeto, conforme segue:

b) A empresa contratada deverá estar legalmente constituída e regularmente habilitada para o exercício da atividade de fornecimento de gêneros alimentícios, comprovando regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente e da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) Os gêneros alimentícios deverão atender às especificações técnicas definidas no Termo de Referência, com padrões de qualidade compatíveis com os praticados no mercado, sendo vedado o fornecimento de produtos vencidos, adulterados, deteriorados ou em desacordo com as normas sanitárias aplicáveis.

d) Todos os produtos deverão possuir prazo de validade adequado, garantindo o consumo seguro pelos beneficiários, observadas as exigências mínimas estabelecidas pela Administração no momento da entrega.

e) A contratada deverá observar integralmente as normas da vigilância sanitária e demais órgãos reguladores competentes, especialmente no que se refere ao armazenamento, transporte, manuseio e acondicionamento dos alimentos.

f) As cestas básicas deverão ser montadas pela contratada, quando exigido, contendo todos os itens previstos, devidamente organizados e embalados, garantindo a integridade dos produtos até a entrega final.

g) O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante Ordens de Fornecimento, respeitando prazos, locais e condições estabelecidos pela Administração.

h) A contratada será responsável por todos os custos decorrentes da execução do objeto, incluindo transporte, carga, descarga, embalagens, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas diretas ou indiretas.

i) Em caso de desconformidade dos produtos entregues, a contratada deverá realizar a substituição imediata, sem ônus adicional à Administração, dentro do prazo estipulado pelo órgão demandante.

j) A execução do objeto deverá assegurar eficiência, regularidade no abastecimento, padronização das cestas básicas e atendimento às necessidades da população em situação de vulnerabilidade social, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

k) Por fim, a contratação deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade e interesse público, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1 DO MODELO DE EXECUÇÃO

- a) A execução do objeto ocorrerá de forma indireta, sob o regime de fornecimento parcelado, por meio de Sistema de Registro de Preços, conforme necessidade do Fundo Municipal de Assistência Social.
- b) O fornecimento dos gêneros alimentícios destinados à composição das cestas básicas será realizado mediante emissão de Ordens de Fornecimento expedidas pela Administração, contendo quantitativos, locais e prazos para entrega.
- c) As entregas deverão ocorrer nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em dias úteis e dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, observando-se as condições adequadas de transporte, armazenamento e acondicionamento dos produtos.
- d) Os gêneros alimentícios deverão ser entregues em perfeitas condições de consumo, respeitando os padrões de qualidade, especificações técnicas e prazos de validade exigidos pela Administração e pelas normas sanitárias vigentes.
- e) Quando exigido, a contratada deverá realizar a montagem das cestas básicas, contendo todos os itens previstos, devidamente embalados e organizados para distribuição aos beneficiários.
- f) O recebimento dos produtos ocorrerá de forma provisória e definitiva, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante verificação quantitativa e qualitativa dos itens entregues.
- g) Caso sejam identificadas irregularidades, produtos danificados, vencidos ou em desacordo com as especificações, a contratada deverá promover a substituição no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional.

8.2 DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- a) A gestão e fiscalização da contratação serão exercidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio de servidor(es) previamente designado(s), nos termos dos arts. 117 e 118 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b) Compete ao fiscal do contrato acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, verificando o cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade dos produtos fornecidos, os prazos de entrega e a conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.
- c) A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.
- d) A contratada deverá manter comunicação permanente com a Administração, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, bem como adotando imediatamente as medidas corretivas determinadas pela fiscalização.
- e) Os pagamentos serão realizados após o recebimento definitivo dos produtos e atesto da execução pelo fiscal do contrato, mediante apresentação da documentação fiscal e comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

- f) Eventuais ocorrências relacionadas ao descumprimento contratual serão registradas e poderão ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- g) A Administração poderá promover reuniões, diligências e demais mecanismos de acompanhamento necessários para assegurar a adequada execução do objeto e o atendimento ao interesse público.

9.DA SUBCONTRATAÇÃO.

- a) Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

10- DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

a) Das Soluções disponíveis no mercado e justificativa da solução escolhida:

- b) Entre as soluções disponíveis no mercado, a única opção viável é a Aquisição/Contratação, vez que tais Itens se destinam a composição de cestas básicas destinadas ao atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social, deste município.
- c) O desmembramento ou fracionamento do objeto licitado ensejaria dificuldade quanto a montagem das cestas, pois se cada empresa vencer um item, prejudicaria o planejamento, a padronização das cestas, e a execução do contrato, justificando assim a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico por Menor Preço Global por Lote.
- d) A solução visa garantir a segurança alimentar e nutricional como fator essencial para a promoção da saúde e dignidade humana dos beneficiários.

11- DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- b) A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da CONTRATANTE, designado formalmente pelo Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) b) O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando as providências necessárias para correção de falhas ou substituição de produtos em desacordo com as especificações.
- d) c) A fiscalização deverá verificar rigorosamente a validade dos produtos, a integridade das embalagens e a conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.
- e) d) A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à perfeita execução do objeto.

12 DO PAGAMENTO:

- a) O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de transferência bancária, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato.
- b) Na Nota Fiscal/Fatura deverão constar obrigatoriamente o número da nota de empenho, dados bancários da contratada, descrição detalhada dos produtos fornecidos, incluindo marca, peso e validade.

c) Todos os produtos deverão ser entregues acompanhados da respectiva nota fiscal para conferência e atesto da execução.

d) Todos os custos com impostos, taxas, fretes, transporte, pedágios e demais despesas necessárias à execução contratual serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

13. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

a) As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos próprios do Município e/ou por repasses vinculados à área social.

b) A dotação orçamentária para o **Fundo Municipal de Assistência Social** está assim classificada:

c) **Dotação:** 14.12.08.122.0004.2.091 – Manutenção do FMAS.

d) **Natureza da Despesa:** 3.3.90.30 – Material de Consumo (Gêneros de Alimentação).

e) **Fonte de Recursos:** 1.500.0000.00000 (Recursos Próprios). 3.

f) A existência de previsão orçamentária foi devidamente certificada pelo departamento de Contabilidade do Município, estando a despesa compatível com a LOA, PPA e LDO de Tocantinópolis/TO.

14 DO LOCAL, FORMA DE PARCELAMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA DOS ITENS CONTRATADOS:

a) Os produtos deverão ser entregues parceladamente nos locais definidos na solicitação de compras, mediante ordem de fornecimento do órgão contratante, acompanhados da respectiva nota fiscal.

b) O prazo máximo para entrega das cestas será de até **02 (dois) dias corridos**, contados do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento pela contratada.

c) Excepcionalmente, mediante justificativa devidamente fundamentada e aceita pela Administração, o prazo poderá ser prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) horas.

d) Todo e qualquer fornecimento fora do estabelecido neste Termo de Referência será imediatamente notificado à licitante vencedora, que ficará obrigada a substituí-los, imediatamente, por sua conta e risco.

e) A contratada deverá substituir, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, qualquer item entregue em desconformidade, com embalagem violada ou que apresente sinais de deterioração.

f) O mero recebimento dos itens não caracteriza a sua aceitação definitiva, ficando a licitante vencedora obrigada a substituir produtos recusados após conferência técnica.

g) O transporte e a descarregamento dos produtos nos locais indicados são de integral responsabilidade da Contratada.

1. TRIBUTOS:

a) São de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** os ônus tributários e encargos sociais resultantes deste Contrato, inclusive os decorrentes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

b) Em caso algum, a **CONTRANTE** pagará indenização à **CONTRATADA** por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundos de contrato entre a mesma e seus empregados.

16. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

16.1. Obrigações da Contratante

A Contratante obriga-se a:

I – Emitir as Ordens de Fornecimento com a devida antecedência, especificando quantidades, locais e prazos de entrega;

II – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, por meio de servidor ou comissão designada, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que estiverem em desacordo com as especificações;

III – Comunicar à Contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução do contrato, para as devidas correções;

IV – Efetuar o pagamento à Contratada no prazo e condições estabelecidos, após o ateste da regular execução do objeto e apresentação da documentação fiscal exigida;

V – Proporcionar todas as condições necessárias para a execução contratual, dentro das suas competências administrativas;

VI – Aplicar as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório, quando cabíveis.

16.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

I – Executar o objeto conforme as especificações do Termo de Referência, edital e proposta vencedora, garantindo qualidade, regularidade e adequação dos produtos fornecidos;

II – Fornece gêneros alimentícios dentro do prazo de validade, em perfeitas condições de consumo e em conformidade com as normas sanitárias vigentes;

III – Realizar a entrega dos produtos nos locais, prazos e quantidades estabelecidos pela Contratante, conforme Ordens de Fornecimento;

IV – Responsabilizar-se pela montagem das cestas básicas, quando exigido, assegurando a correta composição dos itens e adequada embalagem;

V – Arcar com todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto, incluindo transporte, carga, descarga, embalagens, tributos e encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais;

VI – Substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, os produtos que apresentarem vícios, defeitos, avarias ou desconformidade com as especificações;

VII – Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VIII – Responsabilizar-se integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

IX – Cumprir as normas de segurança alimentar, vigilância sanitária e demais legislações aplicáveis ao objeto;

X – Atender prontamente às solicitações da Contratante, prestando as informações e esclarecimentos que forem necessários.

17-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVA:

17.1 Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2-Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir prévia defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA, em conformidade com o art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) Advertência;
- b) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,033% por dia de atraso.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- d) As sanções previstas nas alíneas "a" e "c" poderão também ser aplicadas concomitantemente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado no prazo

de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que tomar ciência.

- e) O atraso injustificado na execução do objeto implicará em multa de mora em desfavor da CONTRATADA, a qual será computada sobre o valor da nota fiscal conforme especificações a seguir:
- f) Do 1º (primeiro) ao 30º (trigésimo) dia de atraso: aplicação de multa de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso;
- g) Do 31º (trigésimo primeiro) ao 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso: aplicação de multa de 0,044% (quarenta e quatro milésimos por cento) por dia de atraso;
- h) Do 46º (quadragésimo sexto) ao 60º (sexagésimo) dia de atraso: aplicação de multa de 0,050 (cinquenta milésimo por cento) por dia de atraso.
- i) Previamente à aplicação das multas previstas neste item ou de qualquer outra sanção poderá a CONTRATADA apresentar defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que for notificada a respeito.
- j) Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do fornecimento do objeto, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.
- k) Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção.
- l) Caberá ao Ordenador de Despesa, após o devido processo legal, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela aplicação da sanção administrativa cabível.

18 RESCISÃO:

18.1 O presente Contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 137.

18.2 Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo CONTRATANTE e comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no presente Contrato.

18.3 Em caso de cisão, incorporação ou fusão da CONTRATADA com outras agências, caberá ao CONTRATANTE decidir sobre a continuidade do presente Contrato.

18.4 A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, não dará à CONTRATADA direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, com a exceção do que estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021.

18.5 A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

19 VEDAÇÕES:

19.1 É vedado à CONTRATADA:

19.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

19.1.2 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte

da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

20 DOS CASOS OMISSOS:

20.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e normas e princípios gerais dos contratos.

21 PUBLICAÇÃO:

21.1 O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais termos aditivos no Placar da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis e/ou no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis.

22 FORO:

22.1 Para dirimir na esfera judicial todas as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo da Comarca de Tocantinópolis – TO, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem para dirimir quaisquer postulações decorrentes deste Contrato.

22.2 E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em três vias de igual teor e forma, pelas partes CONTRATANTES e pelas testemunhas abaixo assinadas.

Tocantinópolis- TO, 11 de maio de 2026.



Walderice Santos Silva

Secretaria Executiva Administrativo do Fundo
Municipal de Assistência Social